



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

**PROCURADORIA JURÍDICA**

Praça João Eufrásio de Medeiros - Nº 14 – Centro - CEP.: 59.330-000  
JUCURUTU-RN – FONES: (84) 3429-2299 – 3429-3805 – FAX: 3429-3804  
E-mail: [prefeituradejucurutu@yahoo.com.br](mailto:prefeituradejucurutu@yahoo.com.br) – [jucurutu70anos@hotmail.com](mailto:jucurutu70anos@hotmail.com)  
CNPJ – 08.095.283/0001-04

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**

REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO 18060001/2024

**P A R E C E R**

**I – DO RELATÓRIO**

A Procuradoria Jurídica do Município de Jucurutu/ RN, recebeu da Comissão Permanente de Licitação processo administrativo destinado à **ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024 REALIZADO ENTRE O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU E ARTUR FELIPE DE MEDEIROS, INSCRITO NO CPF Nº 075.389.854-33.** É o breve, porém necessário relato.

**II – DA FUNDAMENTAÇÃO**

Trata-se de requerimento, enviado pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU** solicitando o primeiro termo aditivo, para prorrogação do período vigêncial para o íterim de 10 de julho de 2025 a 09 de julho de 2026, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA AO PREVI JUCURUTU.**

Em análise, verifica-se que existe um contrato de nº **04 /2024** celebrado entre o **INTITUTO DE PREVIDENCIA** do **MUNICÍPIO DE JUCURUTU** e o prestador acima nomeado com objeto acima descrito. O contrato possui previsão de vigência até **09/07/2025.**

E neste momento há interesse expresso da administração em prorrogar o contrato, realizando **PRIMEIRO ADITIVO** de prazo, prorrogando-se **de 10 de julho de 2025 a 09 de julho de 2026.**

Sendo assim, a ocorrência da extinção simples, pura e imediata do prazo final de vigência contratual na data prevista, certamente acarretará enormes prejuízos aos servidores e ao município, uma vez que a contratada presta serviços relevantes ao ente Municipal. **Vide ainda as justificativas do referido Instituto demonstrando o interesse público em prorrogar o dito contrato.**

No tocante aos requisitos legais a fim de possibilitar o o presente aditivo, estes estão presentes. Vide:

“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes”

.Sendo assim, a lei 14133/21 possibilita, a prorrogação do presente contrato, conforme o interesse e necessidade da administração pública, nos termos legais acima.

Vide outrossim, que a atual gestão observa necessário e economicamente rentável realizar a pretendida prorrogação, justificando no interesse público, conforme requerido por lei.

Visualizada a minuta de aditivo contratual, observa-se que esta encontra-se em conformidade com a legislação atinente, pelo que esta Procuradoria Jurídica não visualiza impedimento técnico-jurídico à formalização do referido aditivo, nos moldes pleiteados.

**Assim, OPINAMOS pelo possibilidade jurídica de formalizar-se a pretendida prorrogação.**

### **III – OPINIÃO**

Face ao todo o exposto, **OPINAMOS** que seja dado continuidade ao presente processo administrativo para realização do aditamento contratual, visto que entendemos estar presentes os requisitos legais para que seja realizado o aditivo de prazo ao referido contrato.

Este é nosso Parecer, salvo melhor juízo.

S.M.J., é o parecer.

Jucurutu/RN, 05 de junho de 2025.



**ALEXANDRE MAGNO CARVALHO DE OLIVEIRA**  
Procurador do Município - OAB/RN 9558